

O 25 DE ABRIL NA IMPRENSA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Antonio Muñoz Sánchez

Depois de ter sido um dos principais aliados do Estado Novo durante o 25 de Abril a República Federal da Alemanha (RFA) envolveu-se como nenhum outro país no apoio aos setores militares e políticos favoráveis à implantação de uma democracia liberal em Portugal¹. O interesse da República de Bona pela transição portuguesa não se limitou à esfera da alta política, estendendo-se também ao debate público. Portugal nunca ocupara tanto espaço nos meios de comunicação da RFA como nos dezoito meses da *Nelkenrevolution* (Revolução dos Cravos), e nunca mais voltou a ocupar. Apesar disso, e em claro contraste com os numerosos estudos sobre a política alemã em relação a Portugal durante o período 1974-1975, são muito escassas as análises da cobertura mediática na RFA sobre a Revolução dos Cravos. Além disso, o alcance destas publicações é modesto. Nalguns casos, trata-se apenas de uma abordagem impressionista à temática, noutros a base empírica utilizada é escassa, e noutros ainda o período estudado restringe-se aos primeiros meses da revolução².

As páginas que se seguem propõem-se oferecer uma visão geral sobre o tratamento que a revolução portuguesa recebeu na imprensa da RFA. São analisados os principais jornais e revistas da Alemanha Ocidental, cuja linha ideológica vai desde o conservadorismo anticomunista ao progressismo filo-social-democrata. No entanto, não serão consideradas as publicações ligadas aos partidos políticos ou aos grupos de solidariedade com Portugal

RESUMO

O 25 de Abril fez despertar pela primeira vez na Alemanha Ocidental interesse público por Portugal. Comparado com outros países, pode até ser considerado um interesse discreto. Nenhum jornal da República Federal da Alemanha nomeou um correspondente em Lisboa para narrar o dia-a-dia da revolução, algo que fizeram alguns jornais europeus e até o *Neues Deutschland*, órgão oficial do partido que orientou os destinos da República Democrática Alemã. Porém, através da leitura dos jornais, os cidadãos da Alemanha Ocidental receberam uma visão parcial, superficial e tendenciosa do 25 de Abril. O tratamento dado à *Nelkenrevolution* (Revolução dos Cravos) pela imprensa da República Federal da Alemanha fala quase tanto de Portugal como da peculiar cultura política da República de Bona, profundamente marcada pela Guerra Fria.

Palavras-chave: Portugal, 25 de Abril, República Federal da Alemanha, imprensa.

ABSTRACT

THE CARNATION
REVOLUTION IN THE WEST
GERMAN PRESS



The revolution of 25 April aroused public interest in Portugal for the first time in West Germany. Compared to other countries, however, the interest was rather modest. None of the *Federal Republic of Germany's* newspapers sent a correspondent to Lisbon to report on the day-to-day events of the revolution, as did some European newspapers and even *Neues Deutschland*, the official organ of the German Democratic Republic's ruling party. However, through the newspapers, the citizens of West Germany received a partial, superficial and biased view of the events in revolutionary Portugal. The treatment of the Carnation Revolution in the West German press says almost as much about Portugal as it does about the peculiar political culture of the Bonn Republic, which was deeply influenced by the Cold War.

Keywords: Portugal, the Carnation Revolution, Federal Republic of Germany, press.

que proliferaram na Alemanha durante o 25 de Abril, com uma única e pontualíssima exceção. O texto articula-se em torno dos principais temas da dinâmica sociopolítica da revolução que interessaram às publicações alemãs. O foco situa-se em Portugal, deixando de lado o império e a própria descolonização, à qual as publicações alemãs prestaram aliás pouca atenção.

A DESCOBERTA DO «ASILO DE POBRES DA EUROPA»... QUE QUERIA DEIXAR DE SÊ-LO

A intensa cooperação política, militar e económica com o Estado Novo, impulsionada pela RFA a partir de 1960, não trouxe consigo o fim do distanciamento secular dos alemães em relação a Portugal. Para o cidadão médio da República de Bona, Portugal continuou a ser um país distante e desconhecido, do qual se sabia pouco mais do que os lugares-comuns dos guias de viagem. O forte anticomunismo que impregnava a cultura política da RFA contribuiu além disso para uma imagem amigável e superficial da ditadura de Salazar, que sobreviveria ao seu fundador. Enquanto noutros países europeus o novo *Zeitgeist* impulsionado pela revolução de [Maio de] 68 despertou na opinião pública uma rejeição generalizada pelos regimes do sul do continente e da guerra colonial portuguesa, na RFA essa mudança foi bastante menos pronunciada. Apenas a extrema-esquerda censurou o chanceler Willy Brandt por manter o apoio militar a Portugal na sua cruzada africana, e foi apenas devido ao escândalo de Wiryamu que os meios de comunicação e um sector do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD, na sigla alemã) despertaram para essa incómoda realidade, clamando pelo fim da irmandade de armas com Lisboa. Muito mais fracas foram as críticas à política de boas relações com o Estado Novo, considerado mesmo pelo SPD como uma «ditabranda» em processo de liberalização. A oposição da União Democrata-Cristã/União Social-Cristã (na sigla alemã, CDU/CSU) e os seus dois grandes diários de referência, o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ) e o *Die Welt* (DW), que juntamente com o liberal *Süddeutsche Zeitung* (SZ) eram os únicos jornais alemães com correspondentes na Península Ibérica, baseados em Madrid e que só de vez em quando visitavam Portugal, mostravam-se quase admiradores de Marcelo Caetano, o «ditador sem entusiasmos»³.

A imensa maioria dos jornalistas alemães que chegaram a Lisboa a partir do 25 de Abril de 1974 iria, portanto, mergulhar não apenas num processo complexo de transição em curso, mas também na realidade de um país quase desconhecido a todos eles. Chamou-lhes fortemente a atenção, de forma poderosa, o ambiente festivo e otimista que encon-

traram, e, nas crónicas das primeiras semanas, sucederam-se os comentários sobre o contraste entre aquela nação que despertava para a liberdade e a ideia pré-concebida que dela se tinha na Alemanha. «Um entusiasmo democrático inimaginável irrompeu por todo o país», afirmava o SZ num artigo sobre os saneamentos⁴. «Os portugueses: um povo triste, melancólico, calado e introvertido – será que esta impressão [...] deixará de repente de ser correta?», perguntava o FAZ⁵. O *Neue Zürcher Zeitung* (NZZ), prestigiado diário suíço, de linha liberal-conservadora, lido também na Alemanha, ia mais longe: e se o Portugal melancólico não fosse senão «o resultado de uma ditadura de 48 anos» e o país real fosse aquele que agora ressurgia impetuosamente, em apaixonadas discussões políticas nas ruas e nos atos reivindicativos pacíficos que começavam a surgir por todo o país?⁶

Esta agitação não respondia apenas ao desejo de disfrutar ao máximo da liberdade recuperada. Por detrás havia uma dura realidade socioeconómica, à qual todos os jornais alemães prestaram atenção. «Em nenhum país da Europa [...] há um rendimento per capita mais baixo, nem uma mortalidade infantil mais alta, nem um menor consumo de gordura animal, nem tantos analfabetos», dizia o liberal *Spiegel*⁷. Bastava sair de Lisboa para descobrir o «asilo de pobres da Europa» (*Armenhaus Europas*), uma expressão muito comum na altura nos meios de comunicação alemães quando se referiam a Portugal. Os avanços da modernização eram inegáveis, mas a maioria da população pouco tinha beneficiado, escrevia da Nazaré o enviado especial do NZZ. Em Portugal, constatava com assombro que continuava a existir um «povo», essa classe baixa de poucos recursos e pouca formação que quase tinha deixado de existir nos países ocidentais. «O povo distingue-se claramente das classes médias. [...] Pescadores, trabalhadores, camponeses, podem ser distinguidos já pela sua forma de vestir»⁸. O seu dia-a-dia era por vezes chocante. Um repórter do DW descrevia da seguinte forma uma cena na Ribeira, no Porto:

«raparigas e mulheres jovens, de oito, doze, dezasseis ou trinta anos, lavando incansáveis a roupa e os lençóis na água suja e oleosa do Douro. Porque não há água corrente nos tugúrios de quatro andares aos quais logo sobem com os seus pesados tabuleiros cheios de roupa “limpa” sobre a cabeça [...] Quando foi a última vez que vi isto? Em Bagdade?»⁹.

A ditadura era, desde logo, a principal responsável pela situação de penúria em que se encontrava uma parte importante da população portuguesa; mas valia a pena questionar essa pobreza dilacerante que o jornalista do DW também testemunhou no Alentejo, se não teria raízes mais profundas, e o Estado Novo apenas tivesse perpetuado uma forma secular de governar o país que simplesmente se esquecia das classes populares: «Quantas gerações deste outro Portugal a velha elite deixou apodrecer assim?»¹⁰. Não era, portanto, surpreendente que o colapso do Estado Novo tivesse despertado no povo português a esperança de uma vida mais digna, e que isso se traduzisse em pro-

testos por melhores salários, habitação ou educação. «O coro de pedidos por melhorias sociais é compreensível», assinalava o NZZ, resumindo o teor dos comentários na imprensa alemã sobre a onda de greves e manifestações¹¹. Uma compreensão que, em

À EXCEÇÃO DE ALGUMAS PUBLICAÇÕES MARGINAIS DE EXTREMA-ESQUERDA, OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ALEMÃES NÃO ACOMPANHARAM OS MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE A REVOLUÇÃO.

todo o caso, não significava simpatia, nem sequer um interesse concreto. À exceção de algumas publicações marginais de extrema-esquerda, os meios de comunicação alemães não acompanharam os movimentos sociais durante a revolução. Muito poucas

reportagens se debruçaram sobre as ações coletivas, para além das greves na Lisnave ou da ocupação de terras. Com exceções pontuais em jornais progressistas como o *Frankfurter Rundschau* (FR), os protagonistas não tiveram voz, talvez pelo facto de os jornalistas alemães entenderem que as suas opiniões eram demasiado ingénuas¹². «Quando os trabalhadores reclamam por um aumento da segurança social, para eles isso é um objetivo comunista», dizia o *Die Zeit* (DZ) com um toque de presunção¹³. «O povo sabe muito pouco de política», sentenciava o *DW*¹⁴. A conclusão que retirava o leitor dos jornais da RFA era que o sofrido povo português estava carregado de razão nas suas reclamações, mas isso não o convertia num ator autónomo no processo de transição, dominado pelos militares e pelos partidos. E, no entanto, os protestos tinham uma enorme relevância, ao colocarem a «questão social» no centro da agenda política. Nas palavras do *FAZ*, publicadas em julho de 1974, «se a jovem democracia portuguesa fracassar não vai ser por causas políticas nem pela descolonização, mas por causas económicas»¹⁵.

A ECONOMIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO: SOCIALIZAÇÃO POR IMPOTÊNCIA

Construir uma sociedade menos desigual não era uma utopia longínqua no Portugal de 1974. Assim o dava a entender o *Handelsblatt*, o principal jornal de negócios da RFA, poucos dias depois do golpe militar, num artigo em que analisava a saúde da economia portuguesa. De acordo com este jornal, o esforço de industrialização do último período do Estado Novo tinha sido robusto, e apesar da crise do petróleo e da falta de mão-de-obra qualificada, as condições eram propícias para que a tendência se mantivesse¹⁶. Essa parecia ser também a hipótese avançada pelas novas autoridades, que, de acordo com o *SZ*, apostavam num «desenvolvimento sem riscos», que mantivesse Portugal como um país atrativo para o investimento externo, imprescindível para continuar o ritmo de crescimento¹⁷. A nomeação do «liberal-tecnocrata» Vieira de Almeida como ministro da Economia do Governo de Palma Carlos reforçou esta impressão. Para o *FAZ*, Vieira de Almeida, antigo presidente da Câmara de Comércio Luso-Alemã e diretor de vários bancos, apoiaria sem dúvida um forte aumento dos salários e trataria de reduzir o peso dos «oito semideuses da economia portuguesa»¹⁸, mas com ele estava garantido que o país não enveredaria num caminho socializante, reclamado por alguns sectores do poder político-militar¹⁹.

Estando as rédeas da política económica em boas mãos, a imprensa alemã seguiu à distância a onda de greves que foi crescendo depois do golpe de Estado, e reconheceu a contribuição do Partido Comunista Português (PCP) para a sua contenção durante o mês de junho²⁰. Apesar disso, os diários conservadores começaram a mostrar as suas primeiras dúvidas sobre a viabilidade da estratégia social-democrata do Governo. Em primeiro lugar, por causa da ausência de apoio dos atores sociais. Os sindicatos eram fracos, sem líderes com «suficiente consciência da realidade económica para fazer reivindicações realistas», e também não tinha surgido uma organização democrática dos empresários²¹. Assim, as autoridades tinham de lidar com uma extrema-esquerda ruidosa que procurava «destruir os monopólios» e que arrastava consigo parte dos trabalhadores, cujo desconhecimento da realidade económica os impedia de compreender as consequências para as empresas de uma subida exagerada dos salários²²; e com poderosos «círculos de direita que continuam a deter o sistema económico do país nas suas mãos» e que podiam paralisá-lo²³. Em segundo lugar, por causa de um contexto externo cada vez menos favorável, não só devido à crise do petróleo, mais profunda do que o esperado, mas também pela descolonização rápida que então se encaminhava, e que teria um impacto enorme na economia portuguesa²⁴.

Em setembro de 1974, o *Handelsblatt* dedicou um dossiê especial a Portugal que, além de dados económicos e de artigos escritos por políticos e altos funcionários, apresentava os resultados de um inquérito feito a diretores de empresas alemãs em Portugal, que se expressavam sem as cautelas daqueles sobre o impacto do 25 de Abril no investimento externo. Hoechts, Grundig, Bayer e outras empresas reconheciam que se tinham instalado em Portugal porque a mão-de-obra era muito barata e os impostos baixos. As elevadas mais-valias mais do que compensavam os problemas, como a pouca formação dos trabalhadores, as más infraestruturas (viárias e telefónicas) e a «inimaginável burocracia aduaneira». Era certo que as vantagens tinham diminuído nos últimos meses por causa da enorme subida dos salários (de 50% a 100%), mas «mesmo agora que as greves são permitidas» valia a pena continuar em Portugal, e apenas a Leitz considerava levar parte da sua produção para outro país. Em suma, o fim do Estado Novo tinha tornado Portugal menos atrativo no imediato, mas a orientação europeia que o novo governo procurava implementar também abria oportunidades interessantes para que a RFA continuasse a consolidar-se como o principal investidor externo em Portugal, entre elas o polo industrial de Sines²⁵.

No entanto, este tom moderadamente positivo foi-se apagando com a viragem socializante na política económica depois da demissão de Spínola. O mais pessimista foi o DW, que já em dezembro de 1974 via o capitalismo em perigo, e com ele a democracia, em Portugal:

«Ninguém pode defender aquelas poucas famílias que [...] deixaram conscientemente o povo na pobreza. Também ninguém pode absolver a ditadura de Salazar da culpa de ter

impedido a industrialização durante tanto tempo. [...] Mas não é por causa disso que se deve atirar tudo borda fora»²⁶.

O FAZ era mais subtil: os investimentos, sobretudo os externos, tinham diminuído em parte como reação à retórica radical de alguns políticos; mas o certo era que «não se tomaram medidas duras contra as empresas privadas» e o programa de nacionalizações proposto pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) «é muito mais contido que o de Mitterrand»²⁷. A situação era muito fluida e era preciso ter paciência:

«não se pode esperar [...] que onde durante cinquenta anos reinou uma dura ditadura [e com] vinte famílias não exatamente democratas a concentrar o poder económico se instale imediatamente uma democracia funcional. O ponto de partida de Portugal é muito pior que o da Grécia [...]. As diferenças sociais também são muito maiores. [...] Se o programa social do MFA for realizado, os militares [que apoiam um modelo socialista] irão ultrapassar as suas reticências à instauração rápida de uma democracia pluralista»²⁸.

A aprovação da unidade sindical em finais de janeiro de 1975 acabou com a paciência aconselhada pelo FAZ, sobretudo na imprensa conservadora. Para o *Handelsblatt*, desde a demissão de Spínola a política económica de Lisboa tinha sido errática, e agora estava definitivamente a perder o norte. Com um crescimento em 1974 muito menor do que o esperado, com a desaceleração dos investimentos externos, a diminuição do turismo e o aumento da inflação, o Governo não encontrava melhor resposta do que impor um salário mínimo elevado e dar força à Intersindical. Despedimentos e encerramento de empresas eram as consequências previsíveis. O anunciado Plano Melo Antunes reconhecia explicitamente o papel da iniciativa privada na economia portuguesa, mas as palavras bonitas de nada serviam se os investidores sentiam que os seus negócios eram ameaçados pela falta de segurança jurídica²⁹. Por sua vez, o FAZ viu na unicidade um passo de gigante do «golpe a prestações» que os comunistas estariam a levar a cabo, aproveitando-se da crise económica e da inexperiência política do MFA³⁰. A imprensa progressista dava razão ao Partido Socialista (PS) quando este afirmava que o PCP tinha imposto a unicidade de forma irregular, mas negava que com ela o movimento sindical cairia inevitavelmente nas mãos dos comunistas³¹.

Com as nacionalizações e a detenção de empresários e banqueiros depois do 11 de Março, os jornais conservadores viram confirmados os seus maus presságios. Três dias depois do golpe, o FAZ escrevia: «A situação em Portugal está sob controlo, disse [...] Otelo. E tem razão. Um ano depois da derrocada da ditadura de Caetano o país está debaixo do controlo total de novos ditadores»³². No mesmo tom, o *Handelsblatt* afirmava: «a tática dos comunistas, de deixar que os militares façam o seu trabalho, tem-se revelado prometedora»³³. Só alguns meios de comunicação progressistas se mostraram compreensivos com a nacionalização em massa, que era vista não como parte de um

plano comunista para a tomada do poder, mas como uma medida coerente com o desejo das autoridades de impulsionar a criação de um Estado social³⁴. Porém, a opinião dominante foi que Portugal se dirigia para o abismo económico e político pelo facto de os seus dirigentes não terem sabido dar respostas pragmáticas à «questão social». Aquele enviado especial do DW, que se escandalizara com o atraso de Portugal e o egoísmo sem limites das suas elites, lamentava-se em abril de 1975: «Aqui pode estar a tragédia de Portugal: que pelos pecados da sua velha classe alta, tenha agora de pagar com uma nova ditadura. Pode esta ser evitada? E como?»³⁵.

A MATRIZ DA REVOLUÇÃO: O MFA, O PCP E OS PARTIDOS MODERADOS

O «descarrilamento» da revolução a partir de março de 1975 foi menos inesperado para o leitor dos jornais da RFA quanto mais à direita se situasse o seu jornal de confiança. Desde o fim do Estado Novo, quando ainda não havia elementos para que se formasse uma opinião cabal sobre o que se estava a passar em Portugal, as visões sobre o processo de transição tinham ficado já definidas de forma aproximada segundo a linha ideológica de cada jornal. Face à simpatia sem efusividade dos diários progressistas para com uma revolução pacífica que marcava, na sua opinião, o caminho difícil, mas certo, de Portugal na direção de uma democracia europeia³⁶, levantou-se entre os conservadores um coro de vozes cétricas em relação àquela experiência política de essência

esquerdista. A 29 de abril, lia-se no FAZ:

«Portugal não seria deste mundo» se depois da festa de fraternidade que se vivia nas ruas não surgissem fortes tensões políticas que arrastaram o país «para o caos de uma nova ditadura»³⁷. No mesmo dia,

o DW defendia: «A situação parece tranquila, mas engana. Muitos elementos sugerem que um drama político está a desenrolar-se lentamente em Portugal»³⁸. Que os comunistas seriam os seus principais agitadores e beneficiários era tão evidente como as perigosas repercussões para além de Portugal. Se o país caísse nas mãos de uma frente popular liderada pelo PCP, então poderia ser o início de uma onda vermelha no Europa do Sul, que colocaria em perigo os equilíbrios continentais, profetizava o católico *Rheinischer Merkur* (RM)³⁹.

Este alarmismo, sem outra fundamentação que não fosse o preconceito ideológico, acalmou-se, porém, desde o início de maio, face à emergência de Spínola como novo homem-forte do país e à formação de um governo de centro-esquerda⁴⁰. O general «de jeito aristocrático» foi apresentado pelo conjunto da imprensa alemã como a garantia de uma transição democrática ordenada e uma descolonização sem sobressaltos, o que para o *Spiegel* não deixava de ser irónico dado o seu largo historial de serviço à ditadura e ao império⁴¹. As primeiras advertências de Spínola, na televisão e em comícios por todo o país, sobre o risco de anarquia, assim como os seus apelos à ordem, foram alvo

A 29 DE ABRIL, LIA-SE NO FAZ: «PORTUGAL NÃO SERIA DESTE MUNDO» SE DEPOIS DA FESTA DE FRATERNIDADE QUE SE VIVIA NAS RUAS NÃO SURGISSEM FORTES TENSÕES POLÍTICAS.

de comentários positivos⁴². Depois de meio século de obscuridade, Portugal estava deslumbrado pela luz da liberdade e necessitava de um líder paternal como o general, alguém que acalmasse os ânimos exaltados e mostrasse a um povo politicamente virgem o caminho para a democracia. «O português, inclinado para o monólogo político, tem primeiro que aprender a dialogar», defendia o DZ⁴³. Para a ciclótica imprensa conservadora alemã, Spínola era agora *conditio sine qua non* para o equilíbrio em Portugal. «Um atentado ou a sua repentina demissão podem precipitar o país para um caos imprevisível», afirmava o DW⁴⁴.

Alheia à profundidade da clivagem entre o MFA e Spínola, a imprensa alemã surpreendeu-se com a crise de governo de julho de 1974. A ascensão do MFA à primeira linha da política não foi sequer interpretada como um questionamento frontal do presidente, e as desavenças sobre a descolonização quase não foram mencionadas⁴⁵. Tal como Spínola, os oficiais que agora saíam do anonimado estavam muito preocupados com os conflitos laborais e com a agitação da extrema-esquerda, como era demonstrado pela criação do Copcon (Comando Operacional do Continente). O novo Governo de Vasco Gonçalves não ia, portanto, trazer grandes mudanças, apenas um ritmo da transição mais rápido:

«Os homens do MFA querem acelerar a normalização de Portugal e a criação de instituições democráticas. [...] Entendem que militares na direção de ministérios com mais conflitualidade (Trabalho, Informação, Administração Interna) podem levar adiante políticas impopulares, mas necessárias com menos problemas do que políticos de partido, que sempre têm que pensar nos seus futuros eleitores» (analisava o FAZ)⁴⁶.

«A linha política vai ser mais ou menos a mesma, centro-esquerda», dizia o DZ⁴⁷. A nota discordante era introduzida pelo DW: o general Spínola tinha sofrido um duro golpe às mãos de jovens oficiais admiradores do Egito de Nasser que desejavam para Portugal um sistema de organização sociopolítica incompatível com a democracia liberal⁴⁸.

Na realidade, a possibilidade de que os militares não cumprissem o seu compromisso de ceder o poder aos civis não foi sequer considerada pelos diários alemães durante o ano de 1974. Isto não significava, no entanto, que o caminho para uma democracia de tipo europeu estivesse aberto. Depois de quase meio século de uma ditadura desmobilizadora, Portugal tinha chegado à liberdade «politicamente exausto», escrevia o NZZ dias depois do golpe; era um «país sem partidos», onde a única organização política articulada era o PCP, enquanto o campo moderado-conservador mostrava um «vazio perigoso»⁴⁹. Não seria fácil preencher esse vazio, defendia o FAZ em finais de junho numa peça intitulada «Portugal sem centro». Ao derrubarem o Estado Novo com a intenção de estabelecer uma democracia ocidental, os militares tinham dado um «golpe de centro»; e, no entanto, acrescentava a peça, «está a faltar o centro». A classe média era fraca, a Igreja estava desacreditada e toda a direita manchada de salazarismo⁵⁰.

Entretanto, os comunistas não deixavam de ganhar prestígio e influência, acalmando as manifestações, exigindo unidade perante o risco de retrocesso e colaborando lealmente com Spínola: eram eles, «e não o idealista social-democrata Soares», que podiam ajudar mais na descolonização graças aos seus contatos com Moscovo, apontava o DW⁵¹. A moderação marcante do partido de Álvaro Cunhal depois do 25 de Abril foi objeto de análises com elevado nível de especulação. São exemplo disso três notícias de junho de 1974. Para o *Deutsche Zeitung* (DZ), o PCP apenas seguia a linha definida por Moscovo, que, tendo como prioridade a manutenção de boas relações com Washington, «não tem o menor interesse em [...] experiências social-revolucionárias no limite ocidental da Europa»⁵². Para o DW, o partido não renunciava verdadeiramente aos seus objetivos últimos, e, entretanto, estava a aproveitar a situação criada pelo colapso do Estado Novo para se infiltrar no Estado e nos meios de comunicação⁵³. Para o FAZ, os comunistas demonstravam muita improvisação. Dotados de uma organização sólida e disciplinada, tinham conseguido apresentar-se como um fator de ordem; no entanto, por não terem abandonado a ortodoxia leninista, ao contrário dos seus camaradas espanhóis, faltava-lhes uma estratégia enraizada na realidade portuguesa. Acreditavam ser poderosos nos seus cargos na administração, mas quando chegassem as eleições a sua força real revelar-se-ia escassa⁵⁴. Porque, apesar das manifestações *flower power*⁵⁵, da explosão de protestos e da proliferação de bandeiras vermelhas, Portugal, concordavam os jornais da RFA passadas algumas semanas desde a queda do Estado Novo, continuava a ser um país conservador.

Dada a dificuldade dos partidos moderados em superar a sua debilidade, o envolvimento das respetivas famílias europeias

foi celebrado pelos jornais da RFA. Em junho, deram ampla cobertura à visita a Lisboa de delegações do SPD e da CDU, com um dos participantes a declarar que era «importante apoiar a partir da Europa e da Alemanha para que a jovem planta da democracia possa crescer»⁵⁶. Embora os detalhes dessa solidariedade não fossem públicos, os jornalistas identificaram corretamente as suas linhas-mestras. Na peça «Ajuda discreta aos camaradas», o SZ assinalava que além de financiamento para suprir as enormes carências do PS em termos de infraestrutura, os sociais-democratas alemães ajudavam através da Fundação Friedrich Ebert na formação de quadros e, sobretudo, faziam valer o seu peso a partir do governo, uma via com a qual não contavam os socialistas franceses, cuja vontade de exportar para Portugal o seu conceito de unidade de esquerda preocupava o SPD⁵⁷. No que diz respeito aos democratas-cristãos europeus e alemães, as notícias sobre as suas atividades foram muito escassas em 1974. Não tendo, antes do 25 de Abril, relação com sectores exteriores ao regime, a família conservadora europeia passou meses a procurar um aliado em Portugal. Quando no final do verão con-

APESAR DAS MANIFESTAÇÕES *FLOWER POWER*, DA EXPLOSÃO DE PROTESTOS E DA PROLIFERAÇÃO DE BANDEIRAS VERMELHAS, PORTUGAL, CONCORDAVAM OS JORNALIS DA RFA PASSADAS ALGUMAS SEMANAS DESDE A QUEDA DO ESTADO NOVO, CONTINUAVA A SER UM PAÍS CONSERVADOR.

seguiu finalmente aproximar-se do Partido Popular Democrata (PPD), o partido tornou-se social-democrata e cortou relações. Os democratas-cristãos europeus tiveram de se conformar com o apoio, a partir de novembro, ao modesto Centro Democrático Social (CDS), quase desconhecido até então para a imprensa alemã⁵⁸.

A queda de Spínola causou um forte impacto na política e nos meios de comunicação da RFA. Pela primeira vez desde os dias que se seguiram ao 25 de Abril, os jornais colocaram Portugal nas suas primeiras páginas, e dedicaram numerosas crónicas, artigos de opinião e caricaturas à crise política portuguesa. Os dois principais diários conservadores reproduziram na íntegra o apocalíptico discurso de demissão do Presidente e alinharam-se com os seus argumentos. Para o DW, Spínola estava a pagar por ter sido o cavalo de Troia que introduziu os comunistas no governo⁵⁹. Durante meses, o PCP e parte do MFA haviam conspirado contra ele e finalmente tinham-no derrotado, inventando uma conspiração reacionária. Para o diário, o desprezo do PCP pelo general vinha de longe: «Os comunistas não perdoavam a Spínola por ter estado ao lado de Franco na guerra civil. Os comunistas nunca esquecem estes “tropeções”». Apoiado nos ombros do MFA, o PCP tentaria avançar até chegar ao poder, embora fosse agora confrontado com forças nacionais e internacionais que, após o «golpe comunista de 28 de setembro», tinham tomado consciência do risco para a democracia em Portugal⁶⁰. O FAZ mostrava-se menos exaltado. A saída de Spínola abria espaço ao PCP e aos sectores radicais do MFA, mas Portugal não estava em «situação pré-revolucionária». Se o Presidente Costa Gomes conseguisse apaziguar as tensões, o país chegaria sem problemas a eleições que por sua vez acalmariam a revolução: «Falta certamente uma massa social de centro, mas isto não significa que falte o centro político. As hipóteses dos partidos moderados não são más»⁶¹.

Nos diários de centro-esquerda, a demissão de Spínola também foi vista com preocupação, mas não o suficiente para questionar a sua visão otimista da transição, sendo que os seus artigos sublinhavam o carácter moderado e conciliador do novo presidente e assinalavam que, na sua imensa maioria, os oficiais do MFA eram pragmáticos que não desejavam outra coisa que não fosse a rápida implantação de uma democracia

AS FORÇAS POLÍTICAS MODERADAS, NAS QUAIS TANTAS ESPERANÇAS SE DEPOSITAVAM NAS ELEIÇÕES, RECEBERAM UMA ATENÇÃO CADA VEZ MAIOR DEPOIS DA QUEDA DE SPÍNOLA.

européia⁶². Na mesma linha, o *Spiegel* escrevia algumas semanas depois: «Visto de perto, não sobra nada da tão propalada visão de um Portugal vermelho»⁶³.

As forças políticas moderadas, nas quais tantas esperanças se depositavam nas elei-

ções, receberam uma atenção cada vez maior depois da queda de Spínola. Sobretudo o PS, que depois de meses de discrição foi catapultado para o centro do interesse mediático em meados de outubro, por ocasião da visita de Willy Brandt a Portugal. Acompanhado a todo o momento por Mário Soares, o presidente do SPD foi recebido por Costa Gomes e Vasco Gonçalves, o que deu à visita um carácter quase oficial. Brandt

apresentou-se como o porta-voz de uma Europa progressista que simpatizava com a revolução e que desejava contribuir para os seus objetivos de liberdade e justiça social. Nas suas declarações e encontros em Lisboa e no Porto, mostrou-se otimista em relação ao futuro de Portugal, assegurou que a solidariedade europeia não faltaria, atribuiu ao PS um papel fundamental na construção da democracia e, ao mesmo tempo que desaconselhava aos seus companheiros uma aliança com o PCP, afirmou que não via nenhum perigo comunista no país⁶⁴. Esta visita de cortesia, por parte do ex-chanceler que desta forma regressava à primeira linha política depois de uma demissão traumática em maio, foi muito aplaudida pela imprensa alemã, que há algum tempo sentia a falta de um maior compromisso por parte da Europa democrática para com Portugal. Para o DW, Brandt tinha «alcançado algo realmente exemplar», que deveria inspirar os democratas-cristãos e os liberais europeus⁶⁵.

A recusa por parte do PPD de se identificar com outra família política europeia que não fosse a socialista, ao mesmo tempo que esta o ignorava seguindo os desejos do PS, deixou o partido de Sá Carneiro órfão de apoios externos e tirou-lhe visibilidade. Também entre os meios de comunicação alemães, que apenas se interessaram pelo seu congresso de finais de novembro⁶⁶. Passou-se exatamente o contrário com o PS que, com o seu congresso, realizado alguns dias mais tarde, se consolidou aos olhos da imprensa alemã como a grande esperança branca da democracia portuguesa. O PS continuava a ser o «partido com pior organização», definia-se operário, mas não tinha trabalhadores nas suas fileiras, proclamava-se marxista e hostil aos princípios da social-democracia europeia, da qual, no entanto, esperava todo o tipo de apoio. Deixando de lado as fraquezas e contradições, o verdadeiramente importante era que no seu congresso o PS tinha reconduzido Mário Soares e a sua equipa de moderados e tinha feito uma demonstração pública de força, ao mesmo tempo que marcara uma distância clara em relação ao PCP. Esta reafirmação dos socialistas a poucos meses das eleições foi notada também pela imprensa conservadora, que desde o 25 de Abril se tinha mostrado pouco entusiasmada com Soares, um político um tanto melancólico, e com os seus veteranos camaradas. Agora não restavam dúvidas de que o PS iria obter um grande resultado nas eleições, ainda para mais num momento em que «os partidos do centro e da direita estão em agonia, tal como em França depois da queda de Vichy», dizia o *Tagespiegel*⁶⁷. No final de janeiro de 1975, num ambiente de enorme tensão devido à polémica em torno da unidade sindical, o CDS realizou o seu congresso no Porto, acompanhado por dezenas de delegados de partidos conservadores europeus, satisfeitos por finalmente poderem mostrar a sua bandeira em Portugal depois de muitos meses de desorientação⁶⁸. A delegação mais numerosa foi a alemã, encabeçada pelo ex-ministro e líder dos democratas-cristãos europeus Kai Uwe von Hassel, o que aumentou o interesse pelo congresso entre os meios de comunicação da RFA, que se tornaram testemunhas e caixas de ressonância de dias dramáticos. Os distúrbios violentos no Porto protagonizados por ativistas de esquerda, o cerco ao Palácio de Cristal e o sequestro dos delegados durante

toda a noite, que só foi terminado com a intervenção de uma unidade de elite do exército, tiveram um enorme impacto nos meios de comunicação alemães, entre os quais se difundiu a ideia de que o caminho português para a democracia se estava a tornar muito estreito e perigoso⁶⁹.

O CAMINHO CONFLITUOSO PARA AS ELEIÇÕES

No último dia de janeiro de 1975, o *Berliner Extra-Dienst* (BE-D), um jornal de extrema-esquerda publicado em Berlim Ocidental, publicou o artigo «Como vai ser o golpe em Portugal, quando, porquê e por quem». Este artigo acusava o governo da RFA de planejar, junto com a CIA (Central Intelligence Agency) e com sectores reacionários portugueses, incluindo o PS, uma operação que teria lugar em março e cujo objetivo era devolver o poder a Spínola e pôr fim à revolução democrática⁷⁰. Habitado a ataques por parte da esquerda alternativa nos meses anteriores, devido ao seu apoio ao contrarrevolucionário Soares, o SPD não teria prestado a mínima atenção a esta história delirante de espíões, inventada por uma publicação marginal, não fosse o facto de, alguns dias mais tarde, a «notícia» do possível golpe ter sido reproduzida por alguns jornais de Lisboa na órbita do PCP, o que prejudicou a imagem da RFA em Portugal. Conhecedores de que o BE-D era financiado pela RDA e que a sua linha editorial era influenciada pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), este e outros artigos publicados em fevereiro aumentaram a suspeita do SPD, alimentada por sua vez pelos seus companheiros do PS, de que o PCP tinha embarcado numa estratégia de tomada de poder e que contava para isso com algum apoio vindo do outro lado da Cortina de Ferro⁷¹. Que tal reviravolta dramática da revolução fosse agora plausível devia-se ao peso que haviam ganhado no MFA os defensores de um socialismo à portuguesa, o qual pregavam no interior do país em campanhas de dinamização que os jornais conservadores alemães criticaram e ridicularizaram, enquanto os progressistas trataram com compreensão e simpatia⁷².

A IMPRENSA ALEMÃ REAGIU AO 11 DE MARÇO COM ESTUPEFAÇÃO E INCOMPREENSÃO. «UMA OPERAÇÃO IMAGINÁVEL NUMA REPÚBLICA DAS BANANAS MAS NÃO NUM PAÍS COM LARGA EXPERIÊNCIA BÉLICA», ESCRÉVIA O FAZ.

A imprensa alemã reagiu ao 11 de Março com estupefação e incompreensão. «Uma operação imaginável numa república das bananas mas não num país com larga experiência bélica», escrevia o FAZ⁷³. «Como pode um homem experiente como Spínola ver-se envolvido nesta *Desperado-Aktion*», questionava o NZZ⁷⁴.

«Um gesto [do general] tão heroico quanto diletante», assinalava o DW⁷⁵. Tudo se tinha precipitado por medo de um iminente golpe comunista, segundo confessaram os quatro oficiais golpistas que procuraram refúgio na embaixada da RFA em Lisboa, à frente da qual ocorreu uma concentração de protesto⁷⁶. A tentativa de golpe teve um efeito bumerangue, ao servir de desculpa perfeita para que os radicais dessem um enorme impulso ao seu plano de implantar um regime socialista, semanas antes de umas eleições em que o PCP quase não tinha hipóteses⁷⁷. «O povo [português] [...]

iniciou um caminho intermédio entre o chamado “âmbito ocidental” e o Bloco de Leste», escreveu o DZ⁷⁸. Porém, não havia consenso sobre a inevitabilidade de que Portugal fosse na direção destes horizontes desconhecidos, nem sequer no mesmo diário. Assim, enquanto um editorial do FAZ sentenciava que «assistimos ao surgimento de uma democracia popular. Lembra muito a Checoslováquia em 1948»⁷⁹, o correspondente em Portugal era menos conclusivo. No dia 11 de março estava em Trás-os-Montes, tomando o pulso ao ambiente de pré-campanha. As notícias da rádio sobre o golpe tinham sido ali recebidas com pouco interesse, afirmava, tal como todas as informações que chegavam da longínqua e hipernervosa Lisboa. Nesse Portugal profundo, a democracia tinha a sua tábua de salvação. Quando tomasse a palavra nas eleições, muitas coisas iriam mudar⁸⁰.

A criação do Conselho da Revolução, as nacionalizações, a guerra de nervos em volta da formação do novo governo, a proclamação do socialismo como meta da transição, o Pacto MFA-Partidos, o atraso das eleições, a proibição de alguns partidos, foram narrados nos jornais alemães, com diferente grau de intensidade e dramatismo, como batalhas da guerra aberta entre radicais e moderados, na qual estes perdiam posições uma após outra, mas preservavam o fundamental, as eleições. Uma eleição em que o PS de Mário Soares, «o homem que fala contra os punhos», o líder natural dos moderados, «de longe o político mais popular em Portugal», alguém que arrastava multidões nos seus comícios, podia obter um resultado fantástico aproveitando a onda anticomunista que se levantava em Portugal⁸¹.

O resultado eleitoral foi justamente interpretado como um plebiscito contra o PCP e a favor da democracia ocidental. «Para aqueles que não querem que Portugal se converta numa democracia popular, as eleições não poderiam ter corrido melhor», dizia o FAZ⁸². «Trata-se de uma rejeição clara do PCP, que durante um ano tentou, não só com tenacidade, lisonja e intriga, chegar ao poder nos ombros dos oficiais», escrevia o NZZ⁸³. O DW, que nas semanas anteriores parecia narrar a implantação de uma colónia da União Soviética na Península Ibérica, proclamou com entusiasmo: «Com admirável disciplina cidadã, milhões de europeus decidiram-se pela via europeia e pela democracia partidária em Portugal»⁸⁴. Por sua vez, o FR ironizava com os catastrofistas:

«Aos que viam em Lisboa um posto avançado do Pacto de Varsóvia, um Estaline reencarnado como regente da política interna nas margens do Tejo, há que dizer-lhes que provavelmente o seu problema são os óculos [anticomunistas com que interpretam a transição portuguesa]»⁸⁵.

Todos os jornais concordavam finalmente que o resultado eleitoral constituía um marco na revolução a favor dos moderados. Todavia, a determinação dos radicais e a vantagem que tinham adquirido nos últimos tempos eram tão grandes que a vitória dos moderados não estava de todo assegurada. Que esta fosse ao menos provável dependia em

boa medida do apoio que recebessem das democracias europeias, apoio esse que até então tinha sido escasso e duvidoso⁸⁶.

A LUTA PELA ALMA DE PORTUGAL E A «INTERVENÇÃO PACÍFICA» EUROPEIA

A ideia de que a Europa Ocidental podia influir positivamente na transição política em Portugal não era nova. Desde o 25 de Abril que os governos dos países membros da Comunidade Económica Europeia (CEE) sabiam que as novas autoridades em Lisboa enfrentavam desafios gigantescos com forças reduzidas, e já nos dias seguintes expressaram a Mário Soares, o ministro dos Negócios Estrangeiros *in pectore*, durante a *tournée* europeia que realizou a pedido de Spínola, a sua vontade de ajudar Portugal⁸⁷. O que chamou a atenção da imprensa alemã nos meses seguintes foi precisamente a não concretização da solidariedade anunciada. Em setembro, o *DZ* dedicou ao assunto o artigo «Nem um marco da Europa». Enquanto em Portugal a transição se complicava a cada dia que passava, os países da CEE olhavam para o lado. «Os nossos amigos europeus deixaram-nos pendurados», dizia um dirigente do PS. Em Lisboa, a decepção era geral: «Esperava-se uma ajuda imediata do estrangeiro. Mas nem os EUA nem a Europa reconheceram os esforços para acabar com a guerra e implantar a democracia». Os Estados Unidos tinham ao menos como desculpa a demissão do Presidente Nixon

«e as posturas antiamericanas de alguns membros do governo [português]. Mas a omissão europeia não é entendida em Lisboa. Porque é que Bruxelas não se sentou à mesa com os portugueses para tratar de um plano de assistência e de negociações para a entrada na CEE?»⁸⁸.

A preocupação pela inação europeia subiu de intensidade depois da demissão de Spínola. Isto explica o aplauso dos jornais alemães à visita de Willy Brandt a Portugal, num momento em que, aliás, os Estados Unidos pareciam resignar-se ao avanço comunista. Mas pouco mudaria desde então. Demasiado ocupados com os seus próprios problemas internos desencadeados pela crise do petróleo, os países da CEE continuaram a não se mobilizar por Portugal. Ao mesmo tempo, neste país a crise económica e a radicalização política alimentavam-se uma à outra, numa espiral que ameaçava transbordar, como afirmava o *Handelsblatt* em janeiro. Os governos europeus e a própria CEE, defendia este diário, deviam acordar definitivamente para o facto de a sua ajuda ser imprescindível para estabilizar Portugal. Se o país fosse abandonado à sua sorte, a Europa perderia «muito mais do que um mercado»⁸⁹.

À medida que aumentava a influência do PCP, cresciam também as especulações sobre as intenções de Moscovo no contexto da crise portuguesa. Quanto mais à direita se situava o jornal, maior era a inquietação. Para o *DW*, o «golpe comunista» do 28 de setembro tinha dissipado quaisquer dúvidas de que o PCP trabalhava desde o fim da ditadura pela implantação de uma outra de sinal contrário, com o apoio do Bloco de

Leste⁹⁰. O *Tagesspiegel* considerava preocupante a presença de espões soviéticos em Lisboa e a transmissão de programas da União Soviética na Radiotelevisão Portuguesa⁹¹. Com mais fundamentação, o NZZ entendia que Moscovo descartava que Portugal saísse do bloco ocidental, mas conseguia vislumbrar uma «experiência radical-socialista» como a de Allende no Chile⁹². Na mesma linha, o correspondente ibérico do FAZ escreveu desde Havana, onde tomou o pulso do regime de Castro em relação à revolução portuguesa, que Moscovo via com muito bons olhos o avanço do PCP e quaisquer problemas que isso criasse à Europa Ocidental⁹³.

Entre os países da CEE, a RFA era um dos mais preocupados com a deriva da transição portuguesa, que confirmava o seu prognóstico mais pessimista. Desde o início da revolução, a coligação social-liberal em Bona alinhara-se com a visão cética dos jornais conservadores e sobretudo do FAZ, mas só no outono de 1974 o seu discurso oficial otimista começou a mostrar ligeiras fissuras que a imprensa registou. Em Lisboa lamentavam-se da falta de solidariedade europeia, mas a RFA também estava incomodada porque desde maio Portugal não respondia às suas ofertas de ajuda⁹⁴. Enquanto a embaixada portuguesa em Bona se encontrava por ocupar há meses e se temia que os emigrantes portugueses na RFA não pudessem votar nas eleições, Portugal abria uma embaixada na RDA e uma delegação do SED visitava Lisboa⁹⁵. Depois do conflito em torno da unicidade, o Governo alemão já via como provável que o PCP estivesse a preparar uma operação para impedir as eleições e tomar controlo do país. A estratégia de tensão, que se alimentava também de notícias falsas como a suposta conspiração reacionária apoiada por países «imperialistas», era para Bona demasiado reminescente das táticas utilizadas pelos comunistas depois da Segunda Guerra Mundial para asfixiar a democracia nos países da Europa Oriental.

A certeza de que em Lisboa os comunistas estavam prestes a tomar de assalto o Palácio de Inverno perante a passividade da Europa e a absoluta resignação dos Estados Unidos explica a reação nervosa da RFA ao 11 de

Março. Em resposta a um SOS enviado por Mário Soares nos dias seguintes, o Governo de Helmut Schmidt tornou pública a sua preocupação pela situação em Portugal, o que significou uma viragem no posicionamento oficial que chamou a atenção dos meios de comunicação alemães. Na peça

A CERTEZA DE QUE EM LISBOA OS COMUNISTAS ESTAVAM PRESTES A TOMAR DE ASSALTO O PALÁCIO DE INVERNO PERANTE A PASSIVIDADE DA EUROPA E A ABSOLUTA RESIGNAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS EXPLICA A REAÇÃO NERVOSA DA RFA AO 11 DE MARÇO.

«Memórias de Praga», o *Spiegel* escrevia: «E de repente um destacado representante dos sociais-democratas, que até agora tinham aceitado em silêncio o avanço do PC, falou na televisão alemã sobre o perigo de uma ditadura comunista em Portugal»⁹⁶. A RFA tratou então de impulsionar uma resposta conjunta europeia que combinasse uma certa pressão sobre as autoridades portuguesas e uma generosa ajuda económica, mas a iniciativa fracassou porque aos outros governos «a situação não lhes parecia tão grave»⁹⁷.

O FAZ lamentou a desunião europeia e culpou a esquerda, da qual excluía o SPD, que romantizava de forma irresponsável a revolução⁹⁸. As críticas eram dirigidas sobretudo à esquerda francesa, que fizera com que o seu país padecesse de «portugalite», como ironizava o *Tagesspiegel*: «qualquer polémica em Lisboa provoca disputas históricas em Paris»⁹⁹.

Perante a inação dos parceiros europeus, e convencido de que Lisboa podia tornar-se o cemitério da distensão entre o Ocidente e o Bloco de Leste, vital para os interesses da RFA, o chanceler Schmidt decidiu então organizar um programa de ajuda alemão esperando que tivesse um certo impacto, dada a crise económica profunda em Portugal e a preocupação que as suas autoridades mostravam em relação a um boicote externo na sequência da onda de nacionalizações¹⁰⁰. Em questão de dias, concebeu-se assim um plano detalhado de investimentos em todos os setores do sistema produtivo português, no valor de 70 milhões de marcos, além de uma série de propostas para fortalecer os laços de Portugal com a CEE. O plano foi apresentado com grande alarde nas vésperas do início da campanha eleitoral¹⁰¹. Antes de ser posta em marcha, a iniciativa já tinha atingido um objetivo: mostrar aos eleitores portugueses que, ao contrário dos Estados Unidos, a Europa era solidária e não ia abandoná-los à sua sorte.

O Governo de Bona interpretou o resultado das eleições da mesma forma que a imprensa da RFA: Portugal votara por uma democracia europeia e a Europa democrática deveria agora mostrar-se à altura. «É politicamente imperdoável que a Europa tenha deixado o novo Portugal sozinho com os seus problemas no primeiro ano após a revolução. Este erro não deve ser repetido», escrevia um deputado do SPD no *Vorwärts*, o jornal oficial do partido¹⁰². Seguindo o caminho aberto por Bona, a CEE aprovou em junho o seu próprio programa de ajuda a Portugal, cuja aplicação estaria sujeita, como no caso do alemão, ao respeito pelos padrões democráticos por parte de Lisboa, o que na prática significava que não usasse as verbas para financiar empresas nacionalizadas e entregasse parcelas de poder aos partidos vencedores das eleições. À ajuda económica condicionada, somava-se a pressão direta sobre os dirigentes portugueses, principalmente sobre o presidente e o primeiro-ministro, assim como a intervenção junto de Moscovo e Washington para que não interferissem na estratégia europeia, num dos casos abandonando o suposto apoio ao PCP e no outro a maquiavélica «teoria da vacina» de Kissinger. A RFA seria protagonista do já bem estudado envolvimento dos países da CEE em Portugal durante o Verão Quente, tendo mobilizado para isso o seu enorme peso económico e político¹⁰³.

Um aspecto fundamental da «intervenção pacífica» da Europa em Portugal foi o seu carácter público e transparente. Com a exceção de algumas ações mais sensíveis, como um plano de intervenção militar em Portugal no caso de uma tomada de poder por parte do PCP, todas as iniciativas se desenrolaram em plena luz do dia e deu-se-lhes além disso ampla difusão. Um exemplo paradigmático foram os encontros do Comité de Apoio e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal, criado em agosto de 1975 por iniciativa de Willy Brandt, no qual participavam todos os líderes

socialistas europeus¹⁰⁴. Desta forma, pretendia-se, por um lado, aumentar a pressão externa sobre as autoridades portuguesas e, por outro, fortalecer os moderados, principalmente Mário Soares e Melo Antunes.

A imprensa alemã viu na atuação europeia a materialização do apoio aos democratas portugueses que reclamava há muito tempo, e concordou sem reservas que a ajuda económica fosse usada como forma de pressionar Lisboa. A propósito do debate em Bruxelas sobre a ajuda condicionada, o FAZ afirmava: «A CE não é uma associação de nações ricas que vai oferecer ajuda humanitária a Portugal, mas uma união que faz sentir o seu peso político através da sua força económica»¹⁰⁵.

No contexto de extrema polarização política durante o Verão Quente, a linha editorial dos jornais alemães sobre a revolução perdeu a pluralidade que mantivera até então e homogeneizou-se, alinhando-se por completo com os sectores antagónicos ao PREC (Processo Revolucionário em Curso). Para os jornais progressistas, que durante meses tinham mantido uma atitude de abertura para com a experiência socialista em Portugal, a atitude do MFA e do PCP depois das eleições era indefensável para qualquer democrata. A propósito do caso República, o FR defendia:

«[O MFA está] prestes a cruzar uma linha em que perderá a solidariedade precisamente daqueles socialistas europeus [...] que não se esqueceram que as democracias do Ocidente trataram durante décadas o regime de Salazar como um amigo. [A] compreensão pelas experiências amargas dos antifascistas portugueses não pode chegar ao extremo de que a Europa democrática aplauda ou inclusivamente ajude quando os políticos portugueses agora não sabem fazer mais nada do que ditar aos seus compatriotas o que estes devem escrever, ler e, portanto, também pensar»¹⁰⁶.

Semanas mais tarde, o SZ escrevia: «Parece que por enquanto [Otelo] não tem ainda o poder para encerrar os opositores em praças de touros ou estádios desportivos, seguindo o modelo chileno. Mas poderia converter-se em breve num autocrata?»¹⁰⁷. Quer fosse o 1.º de Maio, a entrevista de Oriana Fallaci a Álvaro Cunhal, a violência anticomunista no Norte, os grandes comícios organizados pelo PS ou a queda de Vasco Gonçalves, a interpretação da imprensa alemã como um todo não diferiu na sua essência da propaganda que os socialistas, acima de tudo, produziam em plena batalha pela hegemonia¹⁰⁸.

A mobilização maciça do socialismo europeu, com o SPD à cabeça, em prol das forças moderadas em Lisboa receberia duras críticas do outro lado da Cortina de Ferro e sobretudo da RDA, o país mais comprometido com o PCP e com maior interesse em

A IMPRENSA ALEMÃ VIU NA ATUAÇÃO EUROPEIA
A MATERIALIZAÇÃO DO APOIO AOS DEMOCRATAS
PORTUGUESES QUE RECLAMAVA HÁ MUITO TEMPO,
E CONCORDOU SEM RESERVAS QUE A AJUDA
ECONÓMICA FOSSE USADA COMO FORMA DE
PRESSIONAR LISBOA.

que a política de distensão sofresse um revés em Portugal¹⁰⁹. Para o regime de Berlim de Leste, o Governo de Bona interferia nos assuntos internos da nação ibérica, tentando distorcer a vontade popular, e com isso violava o espírito da Ata Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, assinada por todos os chefes de Estado ou de governo em finais de julho [de 1975] em Helsínquia. Para denunciar o «imperialismo» alemão em Portugal, os meios de comunicação ao serviço do SED já não precisaram de inventar notícias como meses antes. Bastava-lhes reproduzir as próprias declarações do SPD, as resoluções do Comité de Apoio e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal, ou os artigos dos jornais da RFA, onde se aplaudia a pressão internacional sobre Lisboa em defesa da causa da *verdadeira democracia*¹¹⁰.

Mas na RFA também não houve um apoio total à ofensiva externa contra o PREC. Críticas ruidosas vieram da extrema-esquerda, a mesma que durante anos tinha apontado o dedo ao chanceler Brandt pelo seu escasso compromisso com os democratas portugueses. O 25 de Abril foi recebido com entusiasmo por esta «oposição extra-parlamentar» e em muitas cidades surgiram comités de solidariedade com a revolução. Centenas de jovens alemães viajaram a Portugal para ajudar na «construção do socialismo» nos bairros de Lisboa ou nos latifúndios do Alentejo¹¹¹. Um deles era o jornalista Günter Wallraff, que durante o Verão Quente viajou de uma cooperativa em Alcácer do Sal até Braga, onde, fazendo-se passar por neonazi, se infiltrou nos círculos de extrema-direita e chegou até Spínola, a quem montou uma armadilha que arruinou a sua carreira política¹¹². A campanha da extrema-esquerda contra a política do SPD em Portugal atingiu o seu zénite em setembro de 1975, quando centenas de ativistas, entre os quais Cohn-Bendit, boicotaram um evento em Frankfurt em que participavam Willy Brandt e Mário Soares, e cujo objetivo era celebrar o triunfo da solidariedade entre os socialistas europeus¹¹³. Talvez fosse também simpatizante dessa extrema-esquerda o jornalista da televisão alemã que depois do 25 de Novembro perguntou a Brandt «se um partido tem realmente o direito de interferir noutra país como fez o SPD em Portugal nos últimos meses»¹¹⁴.

CONCLUSÕES

O 25 de Abril despertou pela primeira vez o interesse público por Portugal na Alemanha Ocidental. Em comparação com outros países, pode dizer-se que este interesse foi até discreto. Nenhuma publicação da RFA enviou um correspondente a Lisboa para narrar o dia-a-dia da revolução, ao contrário de alguns jornais europeus e até do *Neues Deutschland*, o órgão oficial do partido que guiava os destinos da RDA. A cobertura da transição portuguesa pela imprensa da RFA não se destacou pelo volume ou pela variedade de informação apresentada, nem pela análise refinada e profunda das dinâmicas económicas, sociais e políticas em jogo, nem pela distância crítica e política em relação aos acontecimentos narrados. Através da leitura das publicações, os cidadãos da RFA receberam uma visão parcial, superficial e

enviesada do 25 de Abril. A causa de tudo isso deve ser procurada, como não pode ser de outro modo, no olhar do observador e não na suposta complexidade do observado. A cobertura da *Nelkenrevolution* na imprensa da RFA diz tanto sobre Portugal como sobre a cultura política peculiar da República de Bona, profundamente conservadora e marcada pela Guerra Fria.

A imagem do Estado Novo na RFA explica em boa medida a reação ao seu colapso inesperado. No início da década de 1970, os meios de comunicação alemães apresentavam os regimes ibéricos como «ditabrandas» em vias de liberalização. Devido ao seu atraso económico e à sua vocação africana, Portugal parecia ser o país menos preparado para aceder à democracia. Pelo contrário, Espanha, que atravessava um período de desenvolvimento espetacular, tinha uma classe média sólida e uma forte vocação europeísta. Algumas publicações alemãs enviaram correspondentes a Madrid para cobrir as transformações tectónicas em Espanha, que levariam à emergência de uma democracia europeia depois da morte de Franco. As escassas notícias sobre o muito menos atrativo Portugal chegavam à RFA sobretudo através destes correspondentes. Nas suas crónicas, Caetano era apresentado como uma esperança para a pequena nação ibérica. Depois de quatro décadas de estagnação, este professor culto e liberal estaria determinado a desenvolver, descolonizar e democratizar Portugal, seguindo o exemplo de Espanha.

O 25 de Abril pôs fim a esta evolução, que era vista não apenas como desejável, mas também sem qualquer alternativa realista. Consequentes com esta posição, os correspondentes ibéricos chegados de Madrid e os enviados especiais dos jornais conservadores que viajaram de urgência a Lisboa não se deixaram de todo contagiarem pela euforia que se vivia em Portugal. Para eles, o golpe de Estado significava acima de tudo a destruição de um sistema que garantia a estabilidade do país. Sem mais objetivos que não fossem pôr fim à guerra, e sem mais conhecimentos do que os do mundo militar, os jovens oficiais que assumiram o poder em Lisboa tinham aberto não tanto as portas à democracia, mas sim uma caixa de Pandora gigantesca e perigosa. Por sua vez, os diários progressistas saudaram sem reservas o fim da ditadura e simpatizaram com a nova classe dirigente em Lisboa, tão politicamente inocente como bem-intencionada. Depois de quase meio século submetido a uma ditadura, o sofrido povo português tinha todo o direito a construir o seu próprio futuro democrático, e o Ocidente tinha por sua vez a obrigação moral e política de ajudar nesse processo, também como compensação por ter apoiado o Estado Novo até ao último dia.

Uma cética, a outra simpatizante, a imprensa alemã concordava que o ponto de chegada da transição deveria ser a implantação de uma democracia liberal em Portugal. O que os jornais procuraram foi narrar o caminho difícil até essa meta ou, eventualmente, o seu fracasso. Mas nenhum procurou simplesmente compreender e transmitir a lógica interna dessa transição. Apesar de reconhecerem desde muito cedo que a «questão social» teria um peso fundamental no processo político, os jornais não acompanharam

os movimentos sociais. O seu foco estava na alta política, nas lutas de poder nas quais participavam militares e partidos, e cuja relação com a dinâmica social foi quase ignorada. Quando a transição «descarrilou» e se converteu num perigo potencial para o Ocidente, a imprensa da RFA posicionou-se em bloco contra o poder político-militar em Lisboa e aplaudiu os atores internos e externos que procuraram derrotá-lo. Uma vez fracassada a revolução socialista e atingida a «normalização» de Portugal, o interesse pelo país nos meios políticos e mediáticos da Alemanha Ocidental desapareceu quase por completo. O que ficou na memória dos leitores de jornais alemães foi não tanto a revolução, mas sim uma transição caótica que felizmente foi canalizada para o bem de Portugal e da Europa livre. **Rd**

TRADUÇÃO: JOÃO REIS NUNES

Data de receção: 10 de dezembro de 2023 | Data de aprovação: 15 de fevereiro de 2024

Antonio Muñoz Sánchez Investigador auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

> ICS-UL, Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal | antonio.munoz@ics.ulisboa.pt

NOTAS

1 SABLOSKY, Juliet Antunes – *O PS e a Transição para a Democracia. Relações com os Partidos Socialistas Europeus*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000; POPPEN, Jens-Ulrich – «Soft Power Politics. The Role of Political Foundations in Germany's Foreign Policy towards Regime Change in Spain, Portugal and South Africa 1974-1994». London School of Economics, 2006. Tese de doutoramento; KAISER, Wolfram; SALM, Christian – «Transition and Europäisierung in Spanien und Portugal. Sozial- und christdemokratische Netzwerke im Übergang von der Diktatur zur parlamentarischen Demokratie». In *Archiv für Sozialgeschichte*. N.º 49, 2009, pp. 259-282; FONSECA, Ana Mónica – «É Preciso Regar os Cravos!» A Social-Democracia Alemã e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)». ISCTE-IUL, 2011. Tese de doutoramento; STENGER, Matthias – *Transnationale Parteienzusammenarbeit. Die Beziehungen der deutschen und portugiesischen Christlichen Demokraten von der Nelkenrevolution bis zum Vertrag von Maastricht (1974-1992)*. Düsseldorf: Droste, 2011; MUÑOZ SÁNCHEZ, Antonio – «Entre solidariedade e realpolitik. A social-democracia alemã e o socialismo português da ditadura à democracia». In MARQUES, Fernando Pereira, coord. – *O Socialismo e o PS em*

Portugal. Lisboa: Âncora, 2017, pp. 93-145. BIRLE, Peter; MUÑOZ SÁNCHEZ, Antonio – *Partnerschaft für die Demokratie. Die Arbeit der Friedrich-Ebert-Stiftung in Brasilien und Portugal*. Bona: Dietz Verlag, 2020.

2 MATOS, Manuel de – «Das Bild Portugals in der öffentlichen Meinung der Bundesrepublik, 1961-1975». Universität Bonn, 1977. Tese de doutoramento; ZIMMERER, Jürgen – «Die Nelkenrevolution und die deutsche Öffentlichkeit. Überlegungen zur Rezeption der portugiesischen Revolution in den deutschen Printmedien». In *Runa*. N.º 26, 1996, pp. 574-578; OFFENHÄUSSER, Dieter – «Das Bild Portugals in Deutschland». In BRIESEMEISTER, Dietrich; SCHÖNBERGER, Axel, eds. – *Portugal heute. Politik, Wirtschaft, Kultur*. Frankfurt: Vervuert, 1997; WEISSMANN, Thomas – «Percepções da Revolução dos Cravos na imprensa alemã. Os exemplos de *Die Zeit* e *Neues Deutschland* do 25 de Abril de 1974 até à emissão de Spínola». In *Diacritica*. Vol. 28, N.º 2, 2014, pp. 61-78.

3 MATOS, Manuel de – «Das Bild Portugals in der öffentlichen Meinung der Bundesrepublik, 1961-1975»; ZIMMERER, Jürgen – «Der bestregierte Staat Europas»: Salazar und das Neue Portugal im

konservativen Abenland-Diskurs der frühen Bundesrepublik Deutschland». In GROSSEGESSE, Orlando, et al., orgs. – *Portugal-Alemanha-Brasil: Actas do VI Encontro Luso-Alemão*. Braga: Universidade do Minho, 2003, pp. 81-101; MUÑOZ SÁNCHEZ, Antonio – «La socialdemocracia alemana y el Estado Novo (1961-1974)». In *Portuguese Studies Review*. N.º 13, 2005, pp. 477-503; FONSECA, Ana Mónica – *A Força das Armas: O Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007; LOPES, Rui – *West Germany and the Portuguese Dictatorship, 1968-1974*. Londres: Palgrave, 2014.

4 «Die Briefträger feuern ihren Generalpostmeister». In *Süddeutsche Zeitung* [SZ]. 13 de maio de 1974.

5 «Es begann mit einem Buch und einem Lied». In *Frankfurter Allgemeine Zeitung* [FAZ]. 11 de maio de 1974.

6 «Der politische Dammbbruch in Portugal». In *Neue Zürcher Zeitung* [NZZ]. 7 de junho de 1974.

7 «Chancen für ein "neues Portugal"?». In *Spiegel*. 28 de abril de 1974.

- 8** «Der politische Dambruch in Portugal». In *NZZ*. 7 de junho de 1974.
- 9** «Portugal, "Warum heute der Süden rot ist. Das Armenhaus Europas"». In *Die Welt (DW)*. 1 de abril de 1975.
- 10** *Ibidem*.
- 11** «Bewährungsprobe in Portugal». In *NZZ*. 12 de julho de 1974.
- 12** «Alltag der Freiheit». In *Frankfurter Rundschau (FR)*. 22 de junho de 1974.
- 13** «Zwischen Bangen und Hoffen». In *Die Zeit*. 10 de maio de 1974..
- 14** «Spinola festigt das Prestige des Militärs». In *DW*. 16 de maio de 1974.
- 15** «Ein Schlag auf das Monokel General Spinolas». In *FAZ*. 15 de julho de 1974.
- 16** «Chance für Portugals junge Wirtschaftsgarde». In *Handelsblatt*. 30 de abril de 1974.
- 17** «Spinola wird heute Staatspräsident». In *SZ*. 15 de maio de 1974.
- 18** Em referência aos grandes grupos bancários e industriais.
- 19** «Eine Mitte-Links Regierung in Portugal». In *FAZ*. 17 de maio de 1974.
- 20** «Rausch der Gewerkschaftsfreiheit in Portugal». In *NZZ*. 25 de maio de 1974; «Dämpfung der Agitationsfieber in Portugal». In *NZZ*. 13 de junho de 1974; «Partei im Wartestand». In *Deutsche Zeitung (DZe)*. 21 de junho de 1974; «Konflikte, von Militärs geschildert». In *SZ*. 25 de junho de 1974.
- 21** «Dämpfung der Agitation in Portugal». In *NZZ*. 13 de junho de 1974.
- 22** «Explosive Lage in Portugal». In *DW*. 15 de julho de 1974.
- 23** «Portugals sanfte Revolution. 2. Phase». In *Deutsches Allgemeines Sonntagsblatt (DAS)*. 2 de junho de 1974.
- 24** «Portugal ohne Mitte». In *FAZ*. 24 de junho de 1974.
- 25** «Portugal. Daten, Informationen, Analysen». In *Handelsblatt*. 17 de setembro de 1974.
- 26** «Portugal kommt nicht zur Ruhe». In *DW*. 5 de dezembro de 1974.
- 27** «Costa Gomes als ausgleichende Kraft». In *FAZ*. 28 de dezembro de 1974.
- 28** «Wohin geht Portugal?». In *FAZ*. 13 de janeiro de 1975.
- 29** «Portugals rote Zahlen». In *Handelsblatt*. 30 de janeiro de 1975.
- 30** «Putsch auf Raten». In *FAZ*. 28 de janeiro de 1975.
- 31** «Ja zur Einheitsgewerkschaft». In *FR*. 22 de janeiro de 1975; «Portugal am Scheideweg». In *SZ*. 22 de janeiro de 1975.
- 32** «Volksdemokratie». In *FAZ*. 15 de março de 1975.
- 33** «Rotes Signal für Portugals Wirtschaft». In *Handelsblatt*. 17 de março de 1975.
- 34** «Das Jahr der Offiziere». In *FR*. 16 de abril de 1975.
- 35** «Ein Land als grosser Familienbetrieb». In *DW*. 2 de abril de 1975.
- 36** «Ein Putsch für Europa?». In *Bonner Rundschau (BR)*. 26 de abril de 1974; «Wird Portugal ein besserer Partner Europas und der NATO?». In *SZ*. 27 e 28 de abril de 1974; «Die rote Nelken ist das Wahrzeichen des neuen Portugals». In *FR*. 29 de abril de 1974.
- 37** «Junta auf schmalen Grad». In *FAZ*. 29 de abril de 1974.
- 38** «Portugal probt die Freiheit». In *DW*. 29 de abril de 1974.
- 39** «Was wird aus Portugal? Der Umsturz kann weltweite Wirkungen zeitigen». In *Rheinischer Merkur (RM)*. 3 de maio de 1974.
- 40** «Portugals demokratische Chance». In *FAZ*. 2 de maio de 1974; «Spinola und die Roten kämpfen um die Wirtschaft». In *DW*. 6 de maio de 1974; «Spinola wird heute Staatspräsident». In *SZ*. 15 de maio de 1974; «Spinola festigt das Prestige des Militärs». In *DW*. 16 de maio de 1974.
- 41** «Die höfliche Revolution». In *Spiegel*. 5 de maio de 1974.
- 42** «Dämpfung der Agitation in Portugal». In *NZZ*. 13 de junho de 1974; «Spinola warnt vor Verräter». In *SZ*. 14 de junho de 1974.
- 43** «Zwischen Bangen und Hoffen». In *Die Zeit (DZ)*. 10 de maio de 1974.
- 44** «Das leidige Erbe des Vasco da Gama». In *DW*. 22 de maio de 1974.
- 45** «Portugals Regierung bricht auseinander». In *DW*. 10 de julho de 1974; «Die Revolutionäre geraten in Zeitdruck». In *SZ*. 11 de julho de 1975; «Bewährungsprobe in Portugal». In *NZZ*. 12 de julho de 1974.
- 46** «Ein Schlag auf das Monokel General Spinolas». In *FAZ*. 15 de julho de 1974.
- 47** «Volksheld im Absaits». In *DZ*. 19 de julho de 1974.
- 48** «Explosive Lage in Portugal». In *DW*. 15 de julho de 1975; «In Lissabon lenkt die Linke». In *DW*. 17 de julho de 1975.
- 49** «Land ohne Parteien». In *NZZ*. 1 de maio de 1974.
- 50** «Portugal ohne Mitte». In *FAZ*. 24 de junho de 1974.
- 51** «Herausforderung an Spinola». In *DW*. 29 de junho de 1974.
- 52** «Partei im Wartestand». In *DZe*. 21 de junho de 1974.
- 53** «Herausforderung an Spinola». In *DW*. 29 de junho de 1974.
- 54** «Portugals Kommunisten haben noch kein Programm». In *FAZ*. 15 de junho de 1974.
- 55** «Flower power und Massenausmärsche». In *NZZ*. 3 de maio de 1974.
- 56** «Hilfe für Portugals demokratische Entwicklung gefordert». In *Tagesspiegel*. 29 de junho de 1974.
- 57** «Genossenhilfe mit Diskretion». In *SZ*. 30 de agosto de 1974.
- 58** STENGER, Matthias – *Transnationale Parteienzusammenarbeit...*, pp. 31-126.
- 59** «Der trojanische Reiter Spinola musste stützen». In *DW*. 2 de outubro de 1974.
- 60** «Auf dem Rücken der Streitkräfte zur Macht». In *DW*. 3 de outubro de 1974.
- 61** «Chancen und Gefahren in Portugal». In *FAZ*. 2 de outubro de 1974.
- 62** «Tag der nationalen Arbeit in Portugal». In *SZ*. 7 de outubro de 1974; «Es geht auch ohne Spinola». In *DZ*. 11 de outubro de 1974; «Aus der Kasernen strömen linke Ideen ins Land hinaus». In *FR*. 17 de outubro de 1974.
- 63** «Whisky und Che». In *Spiegel*. 11 de novembro de 1974.
- 64** Tratava-se de um otimismo forçado, como indiretamente reconheceu o próprio Brandt nas suas memórias: «No outono daquele ano [1974] estive em Lisboa e vi murchar os cravos [...]; os dirigentes do Partido Comunista estavam prestes a apoderar-se do poder, desalojando a democracia tão recentemente adquirida» [BRANDT, Willy – *Erinnerungen*. Frankfurt: Propyläen, 1989, p. 348].
- 65** «Brandt sagt Portugals Sozialisten Unterstützung zu». In *FAZ*. 21 de outubro de 1974; «Brandt ermuntert Portugals Sozialisten». In *SZ*. 21 de outubro de 1974; «Willy Brandt betont Solidarität mit Portugals Sozialisten». In *DW*. 21 de outubro de 1974; «Portugals Sozialisten zwischen Godesberg und Volksfront». In *FR*. 21 de outubro de 1974; «Brandts Visite in Portugal». In *NZZ*. 21 de outubro de 1974; «Brandt warnt die Portugiesen vor jeder Art von Totalitarismus». In *FAZ*. 22 de outubro de 1974; «Brandt setzt sich für Portugal ein». In *SZ*. 22 de outubro de 1974; «Portugals Sozialisten grenzen sich nach links ab». In *DW*. 22 de outubro de 1974.
- 66** «Ein Linksrutsch der portugiesischen Demokratischen Volkspartei». In *FAZ*. 26 de novembro de 1974; «Linksoption des portugiesischen Zentrum». In *NZZ*. 27 de novembro de 1974.
- 67** «Portugals Sozialisten wollen sich nach Links abgrenzen». In *FAZ*. 14 de dezembro de 1974; «Soares grenzt die Sozialisten von der KP ab». In *DW*. 16 de dezembro de 1974; «Sozialismus auf Por-

tugiesisch». In *FAZ*. 16 de dezembro de 1974; «Abgrenzung in Portugal». In *Tagesspiegel*. 18 de dezembro de 1974.

68 STENGER, Matthias – *Transnationale Parteienzusammenarbeit...*, pp. 126-136.

69 «Krise in Portugal hat sich verschärft». In *FR*. 27 de janeiro de 1975; «In Portugal sinken die Hoffnungen auf freie Wahlen». In *DW*. 27 de janeiro de 1975; «Die lange Nacht im Kristallpalast». In *SZ*. 27 de janeiro de 1975; «Soares warnt die Portugiesen vor einem Bürgerkrieg». In *FAZ*. 28 de janeiro de 1975; «Hassel schliesst einen Staatsstreich nicht aus». In *Tagesspiegel*. 30 de janeiro de 1975; «Augenzeuge in Portugal. Höchste Gefahr von Links». In *Welt am Sonntag* (WaS). 2 de fevereiro de 1975.

70 «Wie in Portugal geputscht werden soll und wann, warum und von wem». In *Berliner Extra-Dienst* (BE-D). 31 de janeiro de 1975.

71 BIRLE, Peter; MUÑOZ SÁNCHEZ, Antonio – *Partnerschaft für die Demokratie...*, pp. 216-220.

72 «Portugal kommt nicht zur Ruhe». In *DW*. 5 de dezembro de 1974; «Übungen in grobschlächtiger Demagogie». In *FAZ*. 3 de fevereiro de 1975; «Ein politisches ABC fürs Volk». In *SZ*. 3 de fevereiro de 1975; «Jetzt reden sie, vorher versteckten sie sich». In *FR*. 6 de fevereiro de 1975.

73 «Der Gegenputsch». In *FAZ*. 13 de março de 1975.

74 «Kompromettierte Armee in Portugal». In *NZZ*. 13 de março de 1975.

75 «Das lusitanische Drama nach Spinozas Abgang». In *DW*. 13 de março de 1975.

76 MUÑOZ SÁNCHEZ, Antonio – «Entre solidariedade e realpolitik...», p. 130; «Sprechhöhe am Abend: "Deutsche Botschaft raus"». In *DW*. 13 de março de 1975.

77 «Portugal: Revolution mit Verhaftungen». In *SZ*. 14 de março de 1975; «Putsch der Paras Portugals». In *DZ*. 14 de março de 1975.

78 «Rote Fahnen im Armenhaus Europas». In *DZ*. 21 de março de 1975.

79 «Volksdemokratie». In *FAZ*. 15 de março de 1975.

80 «Grandola Vila Morena-Leitmotiv bewegter Tage». In *FAZ*. 13 de março de 1975.

81 «Lissabon treibt die Verstaatlichungen weiter voran». In *DW*. 18 de março de 1975; «Parteiverbote in Portugal angekündigt». In *SZ*. 19 de março de 1975; «In Portugal hoffen 15 Partei auf der Teilnahme an der Wahl». In *FAZ*. 19 de março de 1975; «Verschiebung der Wahlen in Portugal». In *NZZ*. 20 de março de 1975; «Rote Fahnen im Armenhaus Europas». In *DZ*. 21 de março de 1975; «Regierungsbildung in Portugal verzögert». In *SZ*. 22 e 23 de março de 1975; «Soares für Verwirkli-

chung eines portugiesischen Sozialismus». In *Tagesspiegel*. 23 de março de 1975; «Portugals neue Regierung vereinigt». In *SZ*. 27 e 28 de março de 1975; «Die "Monopolstrategie" der portugiesischen KP». In *NZZ*. 30 de março de 1975; «Portugals KP deuten ihre Ziele an». In *SZ*. 3 de abril de 1975; «Die Kommunisten stoppen - aber wie?». In *DW*. 3 de abril de 1975; «Der portugiesischen Weg zum Sozialismus in der Verfassung». In *FAZ*. 7 de abril de 1975; «Ernüchterung in Lissabon». In *NZZ*. 7 de abril de 1975; «Im Gleichschritt marsch! Wie die rote Offiziere die Hoffnung auf die Demokratie zerstören». In *Stern*. 10 de abril de 1975; «Hat die Demokratie in Portugal noch eine Chance?». In *NZZ*. 18 de abril de 1975; «Der Kampf geht nach der Wahl erst los». In *SZ*. 21 de abril de 1975; «Konfusion im Lager der Sozialisten». In *FR*. 24 de abril de 1975; «Der Mann der gegen Fäuste redet». In *Die Zeit Magazin* (DZM). 25 de abril de 1974.

82 «Die Demokratie gewählt». In *FAZ*. 28 de abril de 1975.

83 «Absage an den Kommunismus in Portugal». In *NZZ*. 28 de abril de 1975.

84 «Portugal entschied für den europäischen Weg». In *DW*. 28 de abril de 1974.

85 «Portugiesisches Lehrstück». In *FR*. 28 de abril de 1975.

86 «Portugal ist noch nicht verloren». In *FAZ*. 29 de abril de 1975; «Hilfe nach dem Halbenweg». In *DAS*. 4 de maio de 1975.

87 CASTAÑO, David – *Mário Soares e a Revolução*. Alfragide: Dom Quixote, 2013, pp. 101-107; PERÓ, Mario del – «A European solution for a European crisis. The international implications of Portugal's Revolution». In *Journal of European Integration History*. Vol. 15, N.º 1, 2009, pp. 21-22.

88 «Keine Mark von Europa». In *DZ*. 20 de setembro de 1974.

89 «Portugals rote Zahlen». In *Handelsblatt*. 30 de janeiro de 1975.

90 «KP Portugals will zweigleisig fahren». In *DW*. 5 de novembro de 1974.

91 «Sowjets etablieren sich in der portugiesischen Hauptstadt». In *Tagesspiegel*. 5 de outubro de 1974.

92 «Moskau und Lissabon: Freundschaft auf Distanz». In *NZZ*. 6 de janeiro de 1975.

93 «Portugal ist in Kuba Thema des Tages». In *FAZ*. 27 de janeiro de 1975.

94 «Genscher fragt nach dem portugiesischen Kommunisten». In *FAZ*. 6 de novembro de 1974.

95 «Bonner Verstimmung über Lissabon». In *FAZ*. 7 de dezembro de 1974; «SED-Delegation in Lissabon». In *FAZ*. 20 de dezembro de 1974.

96 «Erinnerungen an Prag». In *Spiegel*. 30 de março de 1975.

97 *Ibidem*.

98 «Portugiesische Illusion». In *FAZ*. 17 de março de 1975.

99 «Portugals Revolution in Pariser Zerrbildern». In *Tagesspiegel*. 7 de junho de 1975.

100 «Lissabon warnt vor Wirtschaftsboykott». In *SZ*. 5 e 6 de abril de 1975.

101 «Minister erörtert Haltung zu Portugal». In *SZ*. 9 de abril de 1975; «Heikle Mission». In *Spiegel*. 14 de abril de 1975.

102 *Vörwärts*. 2 de maio de 1975.

103 EISFELD, Rainer – «Influências externas sobre a revolução portuguesa: o papel da Europa Ocidental». In *AA.VV. – Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984*. Lisboa: Teorema, 1985, pp. 79-99; PERÓ, Mario del – «A European solution for a European crisis...».

104 CASTAÑO, David – «"A practical test in the détente": international support for the Socialist Party in the Portuguese Revolution [1974-1975]». In *Cold War History*. Vol. 15, N.º 1, 2015, pp. 1-26.

105 «Hilfe für Portugal». In *FAZ*. 27 de maio de 1975.

106 «An der Grenze». In *FR*. 19 de junho de 1975.

107 «Portugals Weg in die Diktatur». In *SZ*. 1 de agosto de 1975.

108 «Tiefroter 1. Mai in Lissabon». In *FAZ*. 3 de maio de 1975; «Machtergreifung wie in Prag». In *FAZ*. 5 de maio de 1975; «Die nächste Runde findet in den Massenmedien statt». In *FR*. 7 de maio de 1975; «Portugal. "Das Chile-Allende als warnendes Beispiel vor Augen"». In *Tagesspiegel*. 18 de maio de 1975; «Absterben der Parteien?». In *Spiegel*. 26 de maio de 1975; «Das Petrograder Modell». In *DW*. 3 de junho de 1975; «Portugals Sozialisten stellen Ultimatum». In *SZ*. 5 de junho de 1975; «Die letzte 14 Tage sind gegen uns gelaufen». In *Spiegel*. 8 de junho de 1975; «Marchieren die Roten in die Pleite?». In *Stern*. 19 de junho de 1975; «Revolution auf Befehl». In *DZ*. 27 de junho de 1975; «Portugals Parteifeindliche Offiziere». In *SZ*. 10 de julho de 1975; «Portugals Sozialisten lehnen Plane der Militär strik ab». In *FR*. 11 de julho de 1975; «Kommunistische Kampagne zur Spaltung von Portugals Sozialisten». In *FAZ*. 15 de julho de 1975; «Der Zorn der Masse auf die Revolutionäre». In *FR*. 17 de julho de 1975; «Schritt zur Diktatur». In *Tagesspiegel*. 18 de julho de 1975; «Soares gegen Vasco». In *FAZ*. 21 de julho de 1975; «Portugals Sozialisten zeigen ihre Stärke». In *Tagesspiegel*. 24 de julho de 1975; «Carvalho als Schlüsselfigur». In *FR*. 1 de agosto de 1975; «Die Widersprüche der portugiesischen Revolution». In *NZZ*. 8 de agosto de 1975; «Hinausgeworfen». In *FAZ*. 11 de agosto de 1975; «Los von Lissabon heisst die Parole». In *DW*. 14 de agosto de 1975; «Prufstein Portugal». In *FAZ*. 20 de agosto de 1975; «Wende in Portugal». In *NZZ*.

23 de agosto de 1975; «Die Militärs korrigieren den Kurs». In *DZ*. 5 de setembro de 1975.

109 WAGNER, Tilo – «Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos». In *Relações Internacionais*. N.º 11, 2006, pp. 79-89.

110 «Die Rolle des internationalen Monopolkapitals im Kampf gegen die Demokratie in Portugal». In *IPW-Berichte (IPW-B)* [Revista do Institut für internationale Politik und Wirtschaft – Instituto de Política Internacional e Economia, Berlim Leste]. Maio de 1975; «Der BDR-Imperialismus und die demokratische Entwick-

lung Portugals». In *IPW-B*. Julho de 1975; «NATO gegen Sicherheit und Spannung». In *IPW-B*. Agosto de 1975.

111 SCHRÖDER, Günter, ed. – *Materialien und Dokumente über Portugal*. Giessen: Focus, 1975-1976; NOVAK, Helga M. – *Die Landnahme von Torre Bela*. Berlim: Rotbuch Verlag, 1976.

112 WALLRAFF, Günter – *A Descoberta de Uma Conspiração: A Acção Spínola*. Lisboa: Bertrand, 1976.

113 «Wasser für die portugiesische Nelsonen». In *SZ*. 17 de setembro de 1975.

114 Entrevista a Willy Brandt. Westdeutscher Rundfunk (WDR II). 29 de dezembro de 1975.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

Berliner Extra-Dienst (BE-D) – Janeiro de 1975.

Bonner Runschau (BR) – Abril de 1974.

Deutsches Allgemeines Sonntagsblatt (DAS) – Junho de 1974; maio de 1975.

Die Welt (DW) – Abril, maio, junho, julho, outubro, novembro e dezembro de 1974; janeiro, março, abril, junho, julho e agosto de 1975.

Die Zeit (DZ) – Maio, julho, setembro e outubro de 1974; março, junho e setembro de 1975.

Die Zeit Magazin (DZM) – Abril de 1974.

Deutsche Zeitung (DZe) – Junho de 1974.

Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ) – Abril, maio, junho, julho, outubro, novembro e dezembro de 1974; janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho e agosto de 1975.

Frankfurter Rundschau (FR) – Abril, junho e outubro de 1974; janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho e agosto de 1975.

Handelsblatt – Abril e setembro de 1974; janeiro e março de 1975.

IPW-Berichte (IPW-B) – Maio, julho e agosto de 1975.

Neue Zürcher Zeitung (NZZ) – Maio, junho, julho, outubro e novembro de 1974; janeiro, março, abril e agosto de 1975.

Rheinischer Merkur (RM) – Maio de 1974.

Salzburger Nachrichten (SN) – Maio de 1974.

Spiegel – Abril, maio e novembro de 1974; março, abril, maio e junho de 1975.

Stern – Abril e junho de 1975.

Süddeutsche Zeitung (SZ) – Abril, maio,

junho, agosto e outubro de 1974; janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto e setembro de 1975.

Tagesspiegel – Junho, outubro e dezembro de 1974; janeiro, março, maio, junho e julho de 1975.

Vorwärts – Maio de 1975.

Welt am Sonntag (WaS) – Fevereiro de 1975.

FONTES SECUNDÁRIAS

BIRLE, Peter; MUÑOZ SÁNCHEZ, Antonio – *Partnerschaft für die Demokratie. Die Arbeit der Friedrich-Ebert-Stiftung in Brasilien und Portugal*. Bona: Dietz Verlag, 2020.

BRANDT, Willy – *Erinnerungen*. Frankfurt: Propyläen, 1989.

CASTAÑO, David – «“A practical test in the détente”: international support for the Socialist Party in the Portuguese Revolution (1974-1975)». In *Cold War History*. Vol. 15, N.º 1, 2015, pp. 1-26.

EISFELD, Rainer – «Influências externas sobre a revolução portuguesa: o papel da Europa Ocidental». In AA.VV. – *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984*. Lisboa: Teorema, 1985, pp. 79-99.

FONSECA, Ana Mónica – *A Força das Armas: O Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

FONSECA, Ana Mónica – «“É Preciso Regar os Cravos!” A Social-Democracia Alemã e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)». ISCTE-IUL, 2011. Tese de doutoramento.

KAISER, Wolfram; SALM, Christian – «Transition und Europäisierung in Spanien und Portugal. Sozial- und christdemokratische Netzwerke im Übergang von der Diktatur zur parlamentarischen Demo-

kratie». In *Archiv für Sozialgeschichte*. N.º 49, 2009, pp. 259-282.

LOPES, Rui – *West Germany and the Portuguese Dictatorship, 1968-1974*. Londres: Palgrave, 2014.

MATOS, Manuel de – «Das Bild Portugals in der öffentlichen Meinung der Bundesrepublik, 1961-1975». Universität Bonn, 1977. Tese de doutoramento.

MUÑOZ SÁNCHEZ, Antonio – «La socialdemocracia alemana y el Estado Novo (1961-1974)». In *Portuguese Studies Review*. N.º 13, 2005, pp. 477-503.

MUÑOZ SÁNCHEZ, Antonio – «Entre solidariedade e realpolitik. A social-democracia alemã e o socialismo português da ditadura à democracia». In MARQUES, Fernando Pereira, coord. – *O Socialismo e o PS em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2017, pp. 93-145.

NOVAK, Helga M. – *Die Landnahme von Torre Bela*. Berlim: Rotbuch Verlag, 1976.

OFFENHÄUSSER, Dieter – «Das Bild Portugals in Deutschland». In BRIESEMEISTER, Dietrich; SCHÖNBERGER, Axel, eds. – *Portugal heute. Politik, Wirtschaft, Kultur*. Frankfurt: Vervuert, 1997.

PERO, Mario del – «A European Solution for a European crisis. The international implications of Portugal's Revolution». In *Journal of European Integration History*. Vol. 15, N.º 1, 2009, pp. 15-34.

POPPEN, Jens-Ulrich – «Soft Power Politics. The Role of Political Foundations in Germany's Foreign Policy towards Regime Change in Spain, Portugal and South Africa 1974-1994». London School of Economics, 2006. Tese de doutoramento.

SABLOSKY, Juliet Antunes – *O PS e a Transição para a Democracia. Relações com os Partidos Socialistas Europeus*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

SCHRÖDER, Günter, ed. – *Materialien und Dokumente über Portugal*. Giessen: Focus, 1975-1976, 5 vols.

STENGER, Matthias – *Transnationale Parteinenszusammenarbeit. Die Beziehungen der deutschen und portugiesischen Christlichen Demokraten von der Nelkenrevolution bis zum Vertrag von Maastrich [1974-1992]*. Düsseldorf: Droste, 2011.

WAGNER, Tilo – «Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos». In *Relações Internacionais*. N.º 11, 2006, pp. 79-89.

WALLRAFF, Günter – *A Descoberta de Uma Conspiração: A Acção Spínola*. Lisboa: Bertrand, 1976.

WEISSMANN, Thomas – «Perceções da Revolução dos Cravos na imprensa alemã. Os exemplos de *Die Zeit* e *Neues Deutschland* do 25 de Abril de 1974 até à demissão de Spínola». In *Diacrítica*. Vol. 28, N.º 2, 2014, pp. 61-78.

ZIMMERER, Jürgen – «Die Nelkenrevolution und die deutsche Öffentlichkeit. Überlegungen zur Rezeption der portugiesischen Revolution in den deutschen Printmedien». In *Runa*. N.º 26, 1996, pp. 573-578.

ZIMMERER, Jürgen – «"Der bestregierte Staat Europas": Salazar und das Neue Portugal im konservativen Abenland-Diskurs der frühen Bundesrepublik Deutsch-

land». In GROSSEGESSE, Orlando; KOLLER, E.; SILVA, A. Malheiro da; MATOS, M., orgs. – *Portugal-Alemanha-Brasil: Actas do VI Encontro Luso-Alemão*. Braga: Universidade do Minho, 2003, pp. 81-101.